

Os valores constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis descritas abaixo estão apresentados em Real (R\$), com centavos omitidos, conforme Demonstrações Contábeis devidamente publicadas em jornal e divulgadas no sistema IPE

MINASMÁQUINAS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(EM REAIS)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

MINASMÁQUINAS S/A é uma Companhia Aberta, concessionária Mercedes-Benz do Brasil Ltda, com sede na cidade de Contagem, em Minas Gerais, tendo como atividade operacional a comercialização de veículos, peças e serviços Mercedes-Benz e pneus da marca Michelin. A Companhia conta ainda com filial nas cidades de Belo Horizonte, Divinópolis e Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais.

NOTA 2 – IMPACTOS COVID-19:

A pandemia do Covid-19 que assolou o mundo a partir de janeiro de 2020 causou uma crise mundial na saúde, obrigando os governos a restringirem o trânsito de pessoas, com o objetivo de conter a disseminação do vírus e, com isso tentar equalizar a oferta de serviços de saúde à demanda da população. Diante deste cenário a economia mundial entrou em colapso e, diversos setores foram afetados pelas alterações nas relações de consumo e atividade.

O Brasil, mercado em que atuamos, têm sentido mais fortemente os reflexos do Covid-19 desde meados de março de 2020 e a Administração da Companhia informa que têm acompanhado os impactos econômicos diretos e indiretos no mercado nacional e, em especial no segmento em que atua. Conforme recomendação da OMS – Organização Mundial de Saúde com relação a necessidade de isolamento social, a Companhia tomou diversas providências e têm mantido todas as medidas preventivas, com o objetivo de prevenir o risco de contaminação e transmissão, resguardando dessa forma, seus colaboradores, clientes e fornecedores.

Além de ações realizadas em todas as suas unidades, seguindo as recomendações e atos legais de órgãos oficiais, a Companhia através de um plano contingencial também adotou medidas com o intuito de diminuir a circulação de colaboradores entre

suas residências e trabalho, através da utilização de banco de horas, férias, trabalho remoto, além de dispensar, provisoriamente, a presença de aprendizes e estagiários na Companhia. Apesar da retomada gradual das atividades na região em que a Companhia atua, a partir do terceiro trimestre de 2020, a Companhia continua com todos os protocolos recomendados pelos órgãos governamentais e, fazendo diversas campanhas de conscientização da necessidade de continuidade de todas as medidas de prevenção, dentro e fora do ambiente de trabalho e incentivando o isolamento social.

A restrição ao funcionamento do comércio, indústria e prestação de serviços de alguns segmentos está entre as medidas tomadas pelos municípios para conter a transmissão, porém apesar da redução do nível de negócios, a Companhia, por fazer parte da cadeia de prestação de serviços de transporte, atividade considerada como essencial pelo Governo Federal, não sofreu paralisação total de suas atividades.

Atualmente o país aguarda que a etapa de imunização da população tenha sua agenda cumprida, o que permitirá a aceleração da recuperação econômica.

Assim, em face ao exposto, a Companhia informa que a posição financeira e resultado apresentados nas demonstrações contábeis em 31/12/2020, até a data de sua emissão, sofreram impactos moderados, em seu segmento de atuação, com relação a pandemia Covid-19.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 03/2020 a Companhia informa que diante do atual cenário do Covid-19, avaliou os aspectos com relação ao risco de crédito dos valores a receber de clientes e, não houve incremento de inadimplência em seus índices mensais, conseguindo manter regularidade de pagamentos semelhante ao cenário pré-pandemia. Houve aumento de solicitações de prorrogações de títulos de parte da carteira, que foram pagos nos vencimentos revisados, sem gerar crescimento nos valores vencidos ou expectativa de aumento em perda dos incobráveis. Dessa forma, a Companhia informa que não há impactos relevantes a serem registrados, além das perdas já constituídas.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis adotam o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em Real (R\$), com centavos omitidos, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita líquida compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e serviços nas operações da Companhia, líquida das devoluções, abatimentos e dos impostos pertinentes a cada tipo de mercadoria ou serviço, sendo reconhecida quando puder ser mensurada com segurança e seja provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real e, recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, sem risco de mudança significativa do valor. Os valores que compõem “caixa e

equivalentes de caixa” fazem parte da categoria “valor justo por meio de resultado”.

d) Contas a receber de clientes e provisão para perdas em créditos

Os valores a receber de clientes são registrados pelo valor nominal, deduzidos da provisão para perdas em créditos.

e) Estoques

Os estoques de peças e acessórios estão avaliados ao custo médio de aquisição, e os veículos ao custo de aquisição, inferiores ao valor líquido realizável.

f) Ativos Circulante e Não Circulante

Estão apresentados ao valor de realização. Os ativos com realização prevista no prazo inferior a 12 meses estão classificados no circulante e os demais no não circulante.

g) Investimento em empresa coligada

O investimento em empresa coligada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, conforme demonstrado em Nota Explicativa de nº 9.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens e de acordo com as taxas descritas na Nota Explicativa de nº 10.

i) Redução ao valor recuperável

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor de uso, sendo que um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como sendo a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. O ativo imobilizado, intangível, contas a receber / clientes e outros, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente. Após análise, a Companhia verificou não haver evidências que justificassem a

necessidade de provisão de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2020, exceto para o contas a receber.

j) Ativo Intangível com vida útil indefinida

O ativo intangível com vida útil indefinida mantido pela Companhia refere-se ao direito de comercialização de suas mercadorias e prestação de serviços na área operacional das cidades de Divinópolis e Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais e não possui prazo definido, não sendo, portanto, amortizado. Anualmente é testado em relação a perdas por redução ao valor recuperável e revisado a classificação de vida útil indefinida.

k) Passivos Circulante e Não Circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridas até a data do balanço. Os passivos exigidos no prazo inferior a 12 meses estão classificados no circulante e os demais no não circulante.

l) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica os derivativos em “financeiros” ou “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap”, contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

O instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia foi classificado como “financeiro”. Não há instrumento financeiro derivativo classificado como “operacional”.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da B3, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

m) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas

contábeis da Companhia para a contabilização de valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultado em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6 – Contas a receber / clientes: reconhecimento e mensuração de provisão para perdas em crédito.

Nota 10 – Imobilizado: definição da vida útil.

Nota 11 – Intangível: definição de que não possui prazo definido.

Nota 31 – Contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data, como também, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações

contábeis da Empresa, mas podem impactar períodos futuros caso a Empresa ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Empresa, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Empresa, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento que revisou alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 - Alterações no CPC 38, CPC 40 e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

Vigência a partir de 1º de Janeiro de 2021.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2020	2019
Caixa	39.994	21.656
Bancos conta movimento	58.538	20.114
Aplicações Financeiras (*)	93.566.822	39.765.473
TOTAL	93.665.354	39.807.243

(*) As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e CDB – Certificado de Depósito Bancário, remuneradas às taxas de mercado na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER / CLIENTES:

	2020	2019
Clientes Nacionais	43.789.223	36.927.581
(-) Provisão para perdas em crédito	(1.039.358)	(916.904)
	<u>42.749.865</u>	<u>36.010.677</u>

Composição de contas a receber por vencimento:

	2020	2019
A vencer	38.729.174	30.463.508
Vencidas até 30 dias	3.523.002	4.695.832
Vencidas de 31 a 60 dias	221.808	242.517
Vencidas de 61 a 90 dias	202.661	26.125
Vencidas acima de 91 dias	1.112.578	1.499.599
	<u>43.789.223</u>	<u>36.927.581</u>

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os impactos com relação a pandemia mundial “Covid-19” na carteira de clientes estão descritos na Nota Explicativa nº 2.

NOTA 7 – CONTA CORRENTE / FUNDO MERCEDES-BENZ – ATIVO:

Os valores de R\$ 39.359.336 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 52.408.188 em 31 de dezembro de 2019, registrados no Ativo, na rubrica “Conta Corrente / Fundo – Mercedes-Benz” referem-se a um direito da Companhia representado através de uma conta corrente / fundo, vinculada a um banco designado pela Fábrica Mercedes-Benz para questões de operacionalidade, cujo saldo aplicado serve de limite como garantia na aquisição de mercadorias, na eventualidade da Companhia não quitar seus compromissos junto à Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

O valor constituído nesta conta é rentabilizado a uma taxa que gira em torno de 87% do CDI. A existência e utilização deste fundo pelas Concessionárias da marca Mercedes-Benz é uma prerrogativa do Fabricante para garantir a sustentação financeira da rede de Concessionárias no que diz respeito as operações negociadas e, diretamente ligadas ao Fabricante.

O Fundo é constituído com os depósitos referentes às bonificações obtidas nos cumprimentos de objetivos e metas acordados com o Fabricante. Mensalmente, com base na expectativa de compras de mercadorias, é projetado o saldo necessário à

manutenção do Fundo, caso o valor projetado seja inferior ao saldo constante no Fundo, o excesso é transferido para a conta corrente da Concessionária, equalizando, dessa forma, o saldo ao limite suficiente para compras a serem efetuadas junto ao Fabricante Mercedes-Benz. A manutenção do Fundo é uma obrigação contratual e, é administrada pela Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

A Companhia informa que não há risco nas operações efetuadas junto a conta sob a rubrica “Conta Corrente/Fundo – Mercedes-Benz”, classificada no Ativo, sendo que, no caso de uma eventual necessidade de encerramento da conta, os haveres serão apurados com as devidas correções e devolvidos à Concessionária.

NOTA 8 – ESTOQUES:

Estoque por segmento:	2020	2019
Veículos Novos	11.183.313	32.424.469
Veículos Usados	2.498.949	1.773.500
Peças	17.299.596	19.180.016
Pneus	594.857	1.860.237
TOTAL	31.576.715	55.238.222

NOTA 9 – INVESTIMENTOS:

	Investimento em coligada - Minasmáquinas JF Ltda					
	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Investimento Coligada	Outros Investimentos	Total Geral - Investimentos (Coligada + Outros Investimentos)
Saldo em 31/12/2018	16,98	12.225.329	14.855.436	2.522.452	377.029	2.899.481
Resultado Equivalência Patrimonial		-	-	176.994	-	-
Resultado do Exercício - 2019		-	1.042.366	-	-	-
Saldo final em 31/12/2019		12.225.329	15.897.802	2.699.446	377.029	3.076.475
Saldo inicial em 31/12/2019	16,98	12.225.329	15.897.802	2.699.446	377.029	3.076.475
Equivalência Patrimonial		-	-	258.070	-	-
Resultado do Exercício - 2020		-	1.519.848	-	-	-
Saldo final em 31/12/2020		12.225.329	17.417.650	2.957.516	377.029	3.334.545

O valor do ativo, passivo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é:

Ativo:

31/12/2020 = R\$ 22.518.506

31/12/2019 = R\$ 21.452.056

Passivo *:

31/12/2020 = R\$ 5.100.856

31/12/2019 = R\$ 5.554.254

* não incluído o PL

NOTA 10 – IMOBILIZADO:

Após avaliação a Companhia concluiu que com relação a vida útil econômica dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020, não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem consideradas.

Valor Custo:	Taxa de Depreciação	Saldo em 2018	Adições	Baixas / Transferências	Saldo em 2019
Terrenos	-	5.334.235	-	-	5.334.235
Edifícios	4%	3.918.344	593.092	-	4.511.436
Móveis e Utensílios	10%	1.776.350	26.098	-	1.802.448
Instalações	10%	1.693.197	62.771	-	1.755.968
Veículos	20%	4.664.706	1.939.551	(2.200.894)	4.403.363
Máquinas e Ferramentas	10%	1.745.835	156.951	-	1.902.786
Equip.de Informática	20%	3.060.875	838.636	(3.254)	3.896.257
Imob.em Andamento (a)	-	8.951.995	5.812.346	-	14.764.341
Direito de Uso Ativo (Aluguéis)	-	-	2.297.964	-	2.297.964
TOTAL CUSTO		31.145.537	11.727.409	(2.204.148)	40.668.798
Valor Depreciação:					
Edifícios		(1.648.989)	(155.160)	-	(1.804.149)
Móveis e Utensílios		(1.432.797)	(62.571)	-	(1.495.368)
Instalações		(838.200)	(139.339)	-	(977.539)
Veículos		(3.056.402)	(652.017)	1.895.802	(1.812.617)
Máquinas e Ferramentas		(1.429.813)	(78.305)	-	(1.508.118)
Equip.de Informática		(1.818.713)	(443.360)	-	(2.262.073)
Direito de Uso Ativo (Aluguéis)		-	(453.747)	-	(453.747)
TOTAL DEPRECIACÃO		(10.224.914)	(1.984.499)	1.895.802	(10.313.611)
TOTAL GERAL		20.920.623	9.742.910	(308.346)	30.355.187

Valor Custo:	Taxa de Depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas / Transferências	Saldo em 2020
Terrenos	-	5.334.235	-	-	5.334.235
Edifícios	4%	4.511.436	15.365.532	-	19.876.968
Móveis e Utensílios	10%	1.802.448	115.288	-	1.917.736
Instalações	10%	1.755.968	211.026	-	1.966.994
Veículos	20%	4.403.363	1.604.346	(1.337.336)	4.670.373
Máquinas e Ferramentas	10%	1.902.786	308.158	-	2.210.944
Equip.de Informática	20%	3.896.257	298.710	-	4.194.967
Imob.em Andamento (a)	-	14.764.341	1.506.660	(14.692.373)	1.578.628
Direito de Uso Ativo (Aluguéis)	-	2.297.964	1.491.833	-	3.789.797
TOTAL CUSTO		40.668.798	20.901.553	(16.029.709)	45.540.642
Valor Depreciação:					
Edifícios		(1.804.149)	(666.065)	-	(2.470.214)
Móveis e Utensílios		(1.495.368)	(62.452)	-	(1.557.820)
Instalações		(977.539)	(147.432)	-	(1.124.971)
Veículos		(1.812.617)	(822.514)	1.029.452	(1.605.679)
Máquinas e Ferramentas		(1.508.118)	(89.342)	-	(1.597.460)
Equip.de Informática		(2.262.073)	(500.960)	-	(2.763.033)
Direito de Uso Ativo (Aluguéis)		(453.747)	(566.465)	-	(1.020.212)
TOTAL DEPRECIACÃO		(10.313.611)	(2.855.230)	1.029.452	(12.139.389)
TOTAL GERAL		30.355.187	18.046.323	(15.000.257)	33.401.253

(a) Em 2019 a rubrica “Imobilizado em Andamento” refere-se basicamente a gastos incorridos na construção de uma filial em Nova Lima – MG. Conforme

mencionado na nota 22, a Mercedes-Benz do Brasil Ltda em 2019 decidiu por descontinuar as atividades a serem desenvolvidas nessa filial.

Em 2020, após avaliação da Administração da Companhia quanto as possibilidades para uso do ativo e negociações com a Mercedes-Benz do Brasil Ltda, ficou autorizado, após adequações necessárias no imóvel, a abertura de uma filial de veículos comerciais da marca Mercedes-Benz, com início das atividades em 2021.

NOTA 11 – INTANGÍVEL:

Em 31/12/2020 o valor de R\$ 13.183.671, classificado na rubrica “Intangível” está assim representado:

- Conforme comunicado de fato relevante nos dias 22 e 28 de abril de 2009, a Companhia informa que adquiriu o direito de comercialização de suas mercadorias e prestação de serviços na área operacional da cidade de Divinópolis – MG, sendo representado pelo valor de R\$ 6.183.671.

- Conforme comunicado de fato relevante em 06 de outubro de 2020, a Companhia informa que adquiriu o direito de comercialização de suas mercadorias e prestação de serviços na área operacional da cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, sendo representado pelo valor de R\$ 7.000.000.

Ressaltamos que os direitos acima não possuem prazo definido, sendo testada anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Após análise, a Companhia verificou não haver evidências que justificassem a necessidade de provisão de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 12 – ATIVOS SEGURADOS:

A cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques de mercadorias foi efetuada pelo valor de R\$ 74.190.000, valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

O valor contábil dos instrumentos financeiros constantes das demonstrações da Companhia encerradas em 31/12/2020, tais como caixa e equivalentes de caixa; contas a receber; fornecedores e contas a pagar, por serem itens de curto prazo, e já estarem avaliados ao seu valor justo, não representam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis apresentadas.

Ativo financeiro	31 de dezembro de 2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Caixa	-	39.994	-
Bancos conta movimento	-	58.538	-
Aplicações financeiras (i)	-	93.566.822	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	93.665.354	-
Fundo - MB	-	39.359.336	-
Contas a receber / Clientes	42.749.865	-	-
Aplicações financeiras - compromissadas (ii)	-	5.819.169	-

(i) Representam aplicações compromissadas; fundo de renda fixa (perfil conservador) e CDB – Certificado de Depósito Bancário, remunerada às taxas de mercado, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

(ii) Representam aplicações em garantia de financiamentos, constituída através de instrumentos de cessão fiduciária, sendo oferecidos quotas do fundo de investimento BBA CP ACTIVE FIX 5, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A e fundo de investimento ITAU CORP DIF FICFI, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A.

Passivo Financeiro	31 de dezembro de 2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Fornecedores	70.770.584	-	-
Contas a pagar	3.538.287	-	-
Empréstimos - Curto Prazo	-	2.528.668	-
Empréstimos - Longo Prazo	-	1.875.000	-

NOTA 14 – FORNECEDORES:

	2020	2019
Fornecedores Nacionais	<u>70.770.584</u>	<u>55.858.966</u>

Composição de fornecedores por vencimento:

	2020	2019
A vencer	70.754.802	55.496.056
Vencidas até 30 dias	7.417	-
Vencidas de 31 a 60 dias	1.287	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-
Vencidas acima de 91 dias	7.078	362.910
	<u>70.770.584</u>	<u>55.858.966</u>

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

O contrato em aberto de “swap” possui vencimento em julho de 2022 e foi celebrado com contrapartes representadas pelo Banco Itaú Unibanco S/A – Nassau Branch. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de derivativos “financeiros” estão assim compostos:

Descrição	Valor principal		Valor justo		Efeito acumulado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 Valor a receber/ (recebido)	31/12/2020 Valor a pagar / (pago)	31/12/2019 Valor a receber/ (recebido)	31/12/2019 Valor a pagar / (pago)
Contratos de swap (a)								
Ponta ativa:								
Posição comprada dólar	4.375.000	6.875.000	5.076.698	7.426.967	701.698	-	551.967	-
Ponta passiva:								
Posição vendida CDI + 1,75%	4.375.000	6.875.000	4.857.579	7.400.654	-	482.579	-	525.654
Total instrumentos financeiro, líquido	-	-	219.119	26.313	701.698	482.579	551.967	525.654

(a) As operações de “swap” financeiros consistem na troca do custo de taxa de juros linear e da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado mais o percentual fixo de 1,75% ao ano.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados, ainda em aberto nas datas dos balanços.

Os empréstimos estão assim demonstrados:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimo operação swap (a)	4.403.668	6.928.080
Total	4.403.668	6.928.080
Circulante	2.528.668	2.553.080
Não circulante	1.875.000	4.375.000

A movimentação dos empréstimos é a seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.928.080	9.526.781
Captações	-	-
Juros	497.246	421.992
Marcação a mercado swap	(219.119)	(26.313)
Pagamento de principal	(2.500.000)	(2.500.000)
Pagamento de juros	(302.539)	(494.380)
Saldo final	4.403.668	6.928.080

Em garantia aos financiamentos foram oferecidas quotas do fundo de investimento BBA CP ACTIVE FIX 5, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A e fundo de investimento ITAU CORP DIF FICFI, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A. Garantia esta constituída através de instrumento de cessão fiduciária, sendo o valor garantidor mínimo exigido igual a 100% do saldo devedor do empréstimo.

Os vencimentos se darão trimestralmente, com o primeiro vencimento ocorrido em outubro de 2018.

O saldo de empréstimo possui a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos:	31/12/2020
2021	2.528.668
2022	1.875.000
	4.403.668

Cláusulas restritivas contratuais (“*covenants*”):

Além dos casos previstos em lei, poderá ser considerado automática e antecipadamente vencido pelo Itaú, acarretando a imediata exigibilidade de todas as obrigações decorrentes das operações, procedendo-se assim, vencimento antecipado, as seguintes hipóteses:

- (a) deixar de cumprir qualquer obrigação;
- (b) contestar a validade e/ou deixar de cumprir qualquer obrigação;
- (c) sofrer protesto por título de dívida líquida;

- (d) tornar insolvente; requerer ou tiver requerida sua falência, sequestro ou penhora de bens; propuser plano de recuperação extrajudicial;
- (e) mudança no estado econômico-financeiro que cause ou possa causar, qualquer prejuízo para a capacidade de adimplemento das obrigações;
- (f) se houver qualquer alteração ou modificação da composição do capital social;
- (g) se for apurada a falsidade de quaisquer declarações, informações ou documentos que tenham sido, respectivamente, firmados, prestados ou entregues;
- (h) se a cliente ou os intervenientes garantidores inadimplir(em) com suas obrigações;
- (i) se forem propostas uma ou mais ações de cobrança e/ou de execução.

As cláusulas de liquidação antecipada foram integralmente cumpridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 16 – CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS:

a) CAPITAL SOCIAL:

Representado por 44.850 ações no valor de R\$ 3.327,48 (três mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos) cada, sendo 22.425 ações ordinárias e 22.425 ações preferenciais, totalmente integralizadas. Do total existente, 2.589 ações estão em tesouraria, sendo 649 ações ordinárias e 1.940 ações preferenciais. Conforme Estatuto, artigo 26, no fim de cada exercício social, após as destinações legais, 8% do lucro líquido será distribuído para os acionistas portadores de ações preferenciais e 6% será distribuído para os acionistas portadores de ações ordinárias.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes garantido sobre o lucro de cada exercício social, o direito de perceber, em primeiro lugar, o dividendo mínimo de 8% (oito por cento) ao ano, cumulativo, bem como de participar de quaisquer vantagens, bonificações ou dividendos suplementares que forem distribuídos às ações ordinárias. Foi proposto pela administração da Companhia, o pagamento de dividendos (conforme regras definidas em Estatuto) no valor de R\$ 2.662.009,03 (dois milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, nove reais e três centavos), conforme demonstrado no item B abaixo, a ser ratificado na próxima Assembleia de Acionistas.

b) DIVIDENDOS:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro Líquido do Exercício	20.015.105	33.536.927
Reserva Legal	<u>(1.000.755)</u>	<u>(1.676.846)</u>
Lucro Líquido Ajustado	<u>19.014.350</u>	<u>31.860.081</u>
Dividendo - 6% p/ as Ações Ordinárias	1.140.861	1.911.605
Dividendo - 8% p/ as Ações Preferenciais	1.521.148	2.548.806
DIVIDENDOS PROPOSTOS	<u>2.662.009</u>	<u>4.460.411</u>

c) RESERVA DE LUCROS:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reserva Legal	9.024.426	7.347.580
Reserva Legal Constituída	1.000.755	1.676.846
Reserva Estatutária	16.352.342	27.399.670
(P/Aumento Capital em 04/2021)		
<u>SALDO</u>	<u>26.377.523</u>	<u>36.424.096</u>

NOTA 17 – ARRENDAMENTO MERCANTIL:

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia adotou a abordagem prospectiva do pronunciamento CPC 06 (R2), IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil. A Companhia chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, aplicada aos prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. As taxas de juros foram apuradas com base em CDI e mais “spread” de 1,75% ao ano, taxa que lastreia operações de tomada de recurso conforme análise do perfil de crédito da Companhia. Os contratos de arrendamento da Companhia possuem prazo de 4 anos e foram descontados a taxa de 3,69% ao ano.

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento / Locação	
Saldo em 31/12/2019	2.390.774
Contratos Novos no Período	1.440.000
Contraprestação Paga	(796.504)
Reajuste Aluguel (Renegociação-Covid)	(22.123)
Saldo em 31/12/2020	3.012.147
Ajustado a valor presente na data - Curto Prazo	960.927
Ajustado a valor presente na data - Longo Prazo	1.894.560

Conforme exigência CPC 06 (R2), §58 e CPC 40, §39, letra “a” e §B11D, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo do Balanço Patrimonial em 31/12/2020:

Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações	R\$
2021	1.048.251
2022	1.048.251
2023	823.562
2024	92.083
Valores não descontados	3.012.147
Juros embutidos	(156.660)
Saldo passivo arrendamento - 31/12/2020	2.855.487

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

Ativo Direito de Uso	
Classe - Aluguéis	R\$
Saldo em 31/12/2019	1.844.217
Contratos - Novos no Período	1.440.000
AVP	73.956
Reajuste Aluguel (Renegociação-Covid)	(22.123)
Depreciação	(566.465)
Saldo em 31/12/2020	2.769.585

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento / locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	3.012.147	2.855.487
Pis/Cofins potencial (9,25%)	278.624	264.133

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Dessa forma, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação:

Análise do Impacto das Diferenças						
Passivo Leasing - Saldo Final	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16	1.910.940	2.855.487	1.894.559	898.350	91.252	-
Nota Explicativa *	2.068.188	3.112.080	2.099.259	1.005.809	101.802	-
	8,23%	8,99%	10,80%	11,96%	11,56%	-
Direito de Uso Líquido - Saldo Final	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16	1.844.217	2.769.585	1.803.849	838.113	81.716	-
Nota Explicativa *	1.974.272	3.029.297	1.972.412	915.527	87.996	-
	7,05%	9,38%	9,34%	9,24%	7,69%	-
Despesa Financeira	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16	152.817	88.138	87.326	52.044	16.463	830
Nota Explicativa *	161.078	88.227	91.903	56.859	18.307	925
	5,41%	0,10%	5,24%	9,25%	11,20%	11,45%
Despesa de Depreciação	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16	411.776	566.465	965.736	965.736	756.397	81.716
Nota Explicativa *	500.720	574.198	1.056.885	1.056.885	827.531	87.995
	21,60%	1,37%	9,44%	9,44%	9,40%	7,68%

* Considerada inflação futura projetada a uma taxa média de 3,25% ao ano (IPCA) para o período de 4 anos, conforme projeção oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil (Boletim Focus).

NOTA 18 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	2020	2019
Receita Operacional Líquida:		
Receita na Venda de Mercadorias	642.806.924	497.725.569
Receita na Venda de Serviços	18.455.479	16.022.352
Deduções de Vendas	(84.843.762)	(62.982.175)
Total	576.418.641	450.765.746

NOTA 19 - CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS:

	2020	2019
Custo das Mercadorias e Serviços		
Custo das Mercadorias Vendidas	(523.113.825)	(406.224.395)
Custo dos Serviços Vendidos	(8.598.647)	(7.946.736)
Total	(531.712.472)	(414.171.131)

NOTA 20 - DESPESAS COM VENDAS:

	2020	2019
Despesas com Vendas		
Despesas com Pessoal	(12.947.520)	(12.644.441)
Outras Despesas Operacionais de Venda	(9.082.593)	(10.681.196)
Total	(22.030.113)	(23.325.637)

NOTA 21 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2020	2019
Despesas Administrativas		
Despesas com Pessoal	(7.322.593)	(7.142.542)
Remuneração dos Administradores	(5.694.424)	(4.772.972)
Despesas Gerais de Funcionamento	(7.219.856)	(7.126.581)
Total	(20.236.873)	(19.042.095)

NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	2020	2019
Outras Receitas Operacionais		
Bonificações (i)	25.297.998	24.328.255
Outras Receitas Operacionais (ii)	3.429.199	22.198.256
Total	28.727.197	46.526.511

- i. Refere-se a bonificações obtidas nos cumprimentos de objetivos e metas acordados com o fabricante Mercedes-Benz do Brasil Ltda em decorrência de atingimento de metas e objetivos traçados em políticas de vendas junto à Rede de Concessionários.
- ii. Em 2019 refere-se preponderantemente a indenização recebida da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. (“montadora”) em decorrência de gastos empenhados na construção de filial na BR 040, em Nova Lima – MG, operação descontinuada em 2019 por decisão da montadora. Posteriormente, mediante negociações entre a Administração da Companhia e a Mercedes-Benz do Brasil Ltda, ficou autorizado, após adequações necessárias no imóvel, a abertura de uma filial de veículos comerciais da marca Mercedes-Benz, com previsão de início das atividades em 2021.

Em 2020 refere-se a outras receitas operacionais diversas, tais como: aluguéis recebidos, ganhos na alienação / baixa de imobilizados, recuperações de despesas diversas / ressarcimentos.

NOTA 23 – RECEITAS FINANCEIRAS:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.503.470	4.618.261
Outras Receitas Financeiras	1.538.623	243.599
Total	4.042.093	4.861.860

NOTA 24 – DESPESAS FINANCEIRAS:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(1.565.004)	(505.681)
Outras Despesas Financeiras	(332.779)	(538.399)
Total	(1.897.783)	(1.044.080)

NOTA 25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:**Remuneração dos administradores:**

O montante global anual da remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.694.424, a qual é considerada benefício de curto prazo.

NOTA 26 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA:

Caixa pago durante o exercício referente a:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de Renda e C.Social	9.021.264	8.784.555

NOTA 27 – OPERAÇÃO DESCONTINUADA:

A Companhia informa que nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, não existem valores a declarar em decorrência de operação descontinuada.

NOTA 28 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO:

Os principais segmentos da Companhia são: Veículos Novos, Veículos Usados, Peças, Oficina e Pneus. As informações por segmento dessas unidades são apresentadas a seguir:

- receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

	2020		2019	
	Vr.	% s/total	Vr.	% s/total
<u>Receita Líquida</u>				
Veículos Novos	435.487.242	75,55	306.921.012	68,09
Veículos Usados	6.545.356	1,14	4.736.780	1,05
Peças e Oficina	116.479.055	20,21	122.309.188	27,13
Pneus	17.906.988	3,11	16.798.766	3,73
TOTAL	576.418.641	100,00	450.765.746	100,00

- lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia:

	2020		2019	
	Vr.	% s/total	Vr.	% s/total
<u>Lucro / Prejuízo</u>				
Veículos Novos	25.139.778	52,52	14.655.336	34,89
Veículos Usados	167.279	0,35	119.962	0,29
Peças e Oficina	21.148.772	44,18	25.928.254	61,74
Pneus	1.409.217	2,94	1.295.515	3,08
TOTAL	47.865.046	100,00	41.999.067	100,00

NOTA 29 – LUCRO POR AÇÃO:

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) e Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	10.007.553	16.768.463
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	22.425	22.425
Média ponderada das ações em tesouraria	(649)	(649)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	21.776	21.776
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	459,57	770,04

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido disponível para as ações preferenciais	10.007.553	16.768.463
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	22.425	22.425
Média ponderada das ações em tesouraria	(1.940)	(1.940)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	20.485	20.485
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	488,53	818,57

Não houve transações envolvendo ações ordinárias e ações preferenciais entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis (31/12/2020).

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários	14.096.478	13.602.514
Custo de Previdência Social	4.757.512	4.413.377
Assistência Médica, alimentação, transporte e outros benefícios	1.423.900	1.842.848

NOTA 31 – CONTINGÊNCIAS:

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento que, conforme avaliações de seus assessores jurídicos são considerados como de risco possível e remoto, não tendo sido, portanto, constituída nenhuma provisão nas demonstrações contábeis. Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração acredita que tais processos não produzirão efeito material adverso em sua condição financeira.

Segue composição dos valores e natureza dos processos considerados de risco possível em 31/12/2020:

		31/12/2020	31/12/2019
Processos Cíveis	(i)	2.975.537	2.508.841
Processos Tributários	(ii)	4.180.343	7.151.937
Processos Trabalhistas	(iii)	695.427	1.269.169
Total		7.851.307	10.929.947

(i) Referem-se as ações movidas contra a Companhia, relacionadas principalmente a reclamações sobre defeitos em produtos e na prestação de serviços.

(ii) Ações que envolvem demandas nas esferas federal, onde se discute a forma de compensação de créditos de Cofins, e municipal, discussão acerca da cobrança diferencial de alíquota de ISS na prestação de serviços de manutenção de veículos, sendo interpretado como assistência técnica (divergência de conceito na classificação do tipo de prestação de serviços).

(iii) Referem-se, basicamente a pleitos das seguintes verbas: horas extras, férias, diferenças de comissões, adicional periculosidade e, conseqüente reflexos.

NOTA 32 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE:

Variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes de financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, foram estimados três cenários de aumento ou redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI.

Descrição	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa (vinculados ao CDI)	93.665.354
Fundo - Mercedes Benz (vinculado ao CDI)	39.359.336
Aplicações Financeiras - Compromissadas	5.819.169
Empréstimos - Swap	(4.403.668)
Exposição líquida vinculada ao CDI	134.440.191

Na operação “Empréstimos – Swap” a Companhia trocou o custo de taxa de juros linear e a variação da moeda estrangeira (dólar americano) pela variação do CDI pós-fixado, acrescido de 1,75% ao ano.

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida de caixa e equivalentes de caixa, fundos e empréstimos, indexados à taxa CDI.

A tabela abaixo demonstra o valor da exposição líquida vinculada ao CDI, considerando 3 possíveis cenários, quais sejam: cenário provável, cenário II e cenário III:

Descrição	Exposição Líquida
Cenário provável	135.045.620
Cenário II	134.734.595
Cenário III	134.890.383

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no Banco Itaú S/A (projeção área econômica), considerando as taxas projetadas para 31 de março de 2021. Os cenários II e III consideram uma redução das taxas de juros em 50% e 25%, respectivamente.

NOTA 33 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Em atendimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Minasmáquinas S/A, declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis, bem como, concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações contábeis, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 05 de março de 2021.

Contagem, 05 de março de 2021

MARIA BEATRIZ DE FARIA BORGES DA COSTA
Diretora Administrativa

RONALDO DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

BRUNO SILVEIRA KROEBER VOLPINI
Diretor Financeiro e Diretor de Relações
com Investidores

MARIA APARECIDA MARTINS OLIVEIRA
Controller CRC/MG 057359 / O